



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

OLÍMPIA IANGO LUCAS

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA
EM ANGOLA (1961-1975)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

OLÍMPIA IANGO LUCAS

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA
EM ANGOLA (1961-1975)**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharela em Humanidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Zelinda dos Santos Barros

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

OLÍMPIA IANGO LUCAS

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA
EM ANGOLA (1961-1975)**

Comissão Examinadora da Defesa de TCC

Aprovado em: 18/08/2021

Prof^a. Dr^a. Zelinda dos Santos Barros
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Patricia Godinho Gomes
Universidade Federal da Bahia/UFBA
(Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Clarisse Goulart Paradis
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB
(Examinadora)

SUMÁRIO

1. Introdução	05
2. Justificativa	06
3. Objetivos	10
4. Referencial teórico	11
5. Metodologia	22
6. Cronograma	24
Referências	25

1 INTRODUÇÃO

Com este projeto, me proponho a investigar a participação da mulher na luta pela independência em Angola no período de 1961 a 1975, analisando os fatores que contribuíram para a invisibilidade das mulheres que integraram a Associação das Mulheres Angolanas (AMA), da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e a Liga Independente de Mulheres Angolanas (LIMA), da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Diante da importância desta participação, procurarei entender por que se desconhece a história e a trajetória das mulheres que integraram outros movimentos de luta de libertação, como a UNITA e o FNLA, e o que está por trás desta invisibilidade. Nesta senda, tendo em vista as discussões e debates em torno do lugar da mulher, principalmente na história e em lugares de poder, surge a necessidade de visibilizar a história dessas mulheres e seu contributo à luta pela libertação de Angola.

O meu interesse pelo tema surgiu num momento de reflexão sobre o dia em que se comemora a independência de Angola, 11 de Novembro. O que se nota nesta comemoração é a exclusão das mulheres que integraram os movimentos da UNITA/LIMA e FNLA/AMA, ao contrário do que ocorreu com as mulheres que integraram a Organização da Mulher Angolana (OMA), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido que assumiu o poder desde que Angola se tornou independente. Nesta data de comemoração, são narradas suas trajetórias e histórias de vida, enquanto as mulheres de outros partidos permaneceram invisíveis. Com isto, passei a me questionar a invisibilidade destas mulheres, porque elas não tiveram o mesmo reconhecimento e permaneceram invisíveis aos olhos da sociedade angolana, sendo que tiveram um papel fundamental na luta de libertação do nosso país.

Além de investigar a participação da mulher na luta de libertação, também me interessa discutir as relações de gênero na sociedade angolana, visto que desde o período colonial as mulheres se viram relegadas ao desempenho de algumas tarefas por serem do sexo feminino, sendo também o período em que muitas mulheres passaram a reivindicar o direito à igualdade de gênero. É importante frisar que assuntos ligados às relações de gênero em Angola ainda carecem de maior atenção e, por isso, a necessidade de abordar as histórias

dessas mulheres e seus direitos merece uma agenda específica, a fim de que políticas que salvaguardem seus interesses na sociedade possam ser desenvolvidas.

Para compreender a participação destas mulheres, recorrerei à pesquisa documental e bibliográfica, que vai nos permitir analisar documentos, teses, artigos e livros e, assim, entendermos melhor essa temática. Como mulher angolana, sempre me questioneei sobre o lugar dessas mulheres, por que elas não são destacadas pela historiografia do país, porque suas histórias não são encontradas nos livros de história e por que, na data de comemoração da independência de Angola, somente são lembradas as mulheres que integraram o partido que hoje se encontra no poder, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Este é um tema bastante relevante para se pensar o lugar da história de Angola dentro dos partidos políticos, assim como também entender, de fato, até que ponto as ideologias pregadas por esses movimentos interferiram na verdadeira história de Angola. Os resultados desta pesquisa contribuirão para os estudos da história de Angola porque farão com que outras pessoas reflitam sobre política e sobre a história do país, especialmente sobre o poder do partido atualmente no poder, e entender o que está por de trás da invisibilidade destas mulheres e do número ainda reduzido de trabalhos que abordam as histórias das mulheres que participaram na luta armada. São poucos os registros sobre a histórias de mulheres que lutaram para libertação de Angola e, quando se encontra, o que se verifica é que são quase sempre as mesmas mulheres, aquelas que integraram o partido Movimento Popular de Libertação de Angola, (MPLA), atualmente no poder. Em relação às mulheres de outros partidos, não se ouve falar desde o ensino de base ao ensino médio, o que evidencia quão necessário é fazer um resgate da história dessas mulheres.

2 JUSTIFICATIVA

Angola está localizado no hemisfério Sul, propriamente na Costa Ocidental da África Austral, ocupa uma área de 1.246.700 km e possui uma área marítima de 1.650km. Sua fronteira terrestre mede 4.837.km e faz fronteira a

Norte com a República do Congo (ex-Zaire); a leste, com a República da Zâmbia; a norte e nordeste, com a República Democrática do Congo; a Sul, com a República da Namíbia; a Oeste, com o Oceano Atlântico. Administrativamente, o território angolano está dividido por 18 províncias e tem como sua capital Luanda, que concentra todo poder econômico do país. Angola é um país rico em diversidade cultural por causa da migração dos povos Bantu, na África Central, Oriental e Austral. Os povos Bantu se espalharam por várias partes do território angolano, o que deu origem a várias etnias que possuem diversos hábitos e costumes diferentes. Por conta desta divisão, surgiram também vários grupos etnolinguísticos no seio da população angolana, como os Bakongos, Ambundo, Lunda Quioco, Ovimbundu, Ganguela, Nhaneka-Humbe, Ovambo, Herero e Okavambo, todos de origem Bantu.

Fonseca (2012) afirma que a conquista de Angola pelos portugueses, aconteceu em um momento de expansão do império marítimo português, que pretendia obter monopólio de navegação e do comércio em todas as áreas conquistadas e impor a religião cristã aos povos que considerou pagãos, por autorização dos líderes papais. É preciso salientar que foi por intermédio de relações comerciais que se deram os primeiros contatos com os portugueses, em 1484, sob o comando do navegador Diogo Cão.

A princípio, os portugueses estabeleceram relações cordiais com as autoridades locais e conseguiram, através delas, introduzir o cristianismo, chegando a alterações de nomes e localidades, como, por exemplo: Nzinga Nkuvu teve o nome alterado para D. João I; Mbenda a Nzinga – D. Afonso I; Nkanga a Mbemba – D. Pedro I; Nkudi a Mpudi – D. Diogo I; Mbemba a Nzinga – D. Afonso II; Nempazu a Nimi – D. Álvaro II, etc. Gradualmente, os portugueses foram captando as populações nativas e efetuando a ocupação do território por meio de uma colonização a princípio representada, exclusivamente, por missionários católicos e por comerciantes. (JOSE, 2008, p. 160)

Na relação comercial com os reinos que encontraram, Portugal procurou intensificar o contato de modo a ter êxito em seus planos. Estes reinos aceitaram essas relações comerciais de forma pacífica, sendo que não possuíam alimentos suficientes para toda população, nem mão de obra para o cultivo das terras. Jose (2008) afirma, ainda, que esta relação comercial e pacífica durou cerca de cinco dezenas de anos. O processo de militarização começou com a chegada do

governador, Paulo Dias de Novais, no período de 1557-1560, através de uma prologada atividade que se traduziu em ocupação de caráter militar. Neste período, perdurava também a ação civilizatória dos padres jesuítas em favor do cristianismo. Como os portugueses viam os povos nativos como pessoas sem alma e primitivas porque viviam de forma deferente da sua, para eles estes nativos precisavam ser civilizados.

A imposição do cristianismo e outras práticas, como os costumes europeus, não foi bem-vista pelos nativos e fez com que estes, por sua vez, começassem a mostrar que não estavam interessados em se submeter às práticas do colonizador, com isto, Portugal utilizou da violência para conseguir realizar seus planos. Esta imposição se tornou real com o início das campanhas militares e com o uso da força pelos colonizadores, que conseguiram submeter os chefes locais do Ndongo e de outros reinos que pertenciam ao território angolano. A imposição da religião e a exploração dos recursos minerais e naturais mais tarde resultaram na escravidão dos povos nativos de Angola. Agora, Portugal explorava e escravizava toda população e impunha seus hábitos, costumes e religião com intuito de silenciar a cultura dos povos nativos.

O rei Ngola-a-Kilwanji não se mostrou interessado nas propostas portuguesas, recusando-se a aceitar a missão no reino e a submissão à coroa portuguesa, como recomendavam os regimentos que se foram seguindo no decorrer da alternância governativa portuguesa sediada em Luanda. Nenhum Ngola recebeu os portugueses com agrado e o primeiro baptismo só se veio a verificar em 1620, quando o reino do Kongo já se encontrava em declínio. Para o reino de Angola estava reservada a conquista a ferro e fogo, a exploração intensiva de escravos para as plantações e minas de territórios do continente americano, nomeadamente o Brasil. (Zau, 2002, p. 45)

Por causa de todo esse processo de exploração e escravização dos povos nativos, processo que já durava vários séculos, a população se viu no dever de lutar por sua liberdade. Resolveram reivindicar seus direitos e lutar para libertar a Angola do jugo colonial. Segundo Zau (2002), foi nos anos 1950, no século XX, que alguns nacionalistas decidiram se organizar por movimentos políticos, para assim reivindicar seus direitos como angolanos.

Tais organizações começaram a promover campanhas diplomáticas de apoio à luta pela independência do país, desencadeando mais tarde conflitos armados diretos contra o poder colonial, dada a insistência dos seus representantes em não ceder às propostas das forças nacionalistas. Destaca-se nesta luta o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Zau (49, 50, 2002)

Bittencourt (1999) afirma que a luta armada pela libertação de Angola contra o domínio colonial português começou em 1961, sob a orientação de duas forças angolanas antagônicas, tanto do ponto de vista ideológico e de apoio externo como no que diz respeito aos embates militares diretos entre ambos. De acordo com Paredes (2015), nesta luta estiveram envolvidos dois movimentos: na primeira fase, a União das Populações de Angola (UPA), que muda o nome para Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) em 1962, e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Geograficamente, estes movimentos estavam divididos. A UPA estava situado no Norte de Angola e era composto pela elite e camponeses da etnia Bakongo; o MPLA surgiu da elite angolana, que tinha como ideologia o socialismo e pregava a ideia de unidade entre os povos, independentemente de raça ou cor, e era composto pelos estudantes e intelectuais que viviam no exterior e na cidade de Luanda. Mais tarde, surgiu outro movimento, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), composto pelos povos do Centro Sul de Angola

É importante frisar que, neste processo de luta armada, os movimentos envolvidos contaram com ajuda de algumas forças externas. Como afirma Bittencourt (1999), na luta pela independência, a UPA teve o apoio dos EUA, do grupo étnico bakongo e do ex-Zaire (atual República Democrática do Congo), que lhes fornecia a segurança de base e preparação dos seus guerrilheiros de forma privilegiada no que tange à localização para implementação de ações militares contra o exército português. Já o Movimento Popular de Angola (MPLA), contava com o apoio da URSS e teve várias dificuldades para implementação da guerrilha em Angola por causa do difícil acesso direto às fronteiras do território angolano, uma vez que existiam barreiras

impostas pelas autoridades congolezas e pela UPA. A UNITA contou com aliados da China, EUA e a República da África do Sul.

Batsîkama (2016), afirma que as mulheres participaram de forma efetiva na luta pela independência de Angola, entre 1960 e 1975. O papel da mulher na construção do Estado angolano tem sido preponderante, principalmente na construção da identidade nacional. Sua participação tem sido efetiva nas forças armadas, na administração pública e na celebração da paz em Angola. No processo de luta pela libertação do continente africano, as mulheres africanas exerceram o seu protagonismo não somente ao lutarem com armas na mão, como também elaborando estratégias para alcançar a libertação do jugo colonial.

Não há muitos estudos que abordem a participação da mulher na luta pela independência em Angola, mas, nas pesquisas em que o foco é a preservação da memória dessas mulheres, elas aparecem como ex-combatentes que participaram de diversas formas para libertar a Angola das mãos do opressor. Paredes (2014) afirma que a falta de pesquisa sobre essas mulheres tem sido um fator para que alguns pesquisadores que se interessam pela temática busquem fazer um resgate das memórias dessas mulheres por intermédio de entrevista com ex-combatentes que sobreviveram à luta armada. A contribuição das mulheres que integraram os movimentos da UNITA e FNLA, na luta contra o colonialismo português é um tema que é desconhecido por muitos cidadãos angolanos, especialmente aqueles da geração mais jovem, que conhecem pouco sobre a história do país. Com esta pesquisa, faremos um resgate das histórias dessas mulheres com o propósito de entender os fatores que contribuíram para a falta de reconhecimento na história de Angola.

3 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar os fatores que contribuíram para a invisibilidade das mulheres que integraram a Associação das Mulheres Angolanas (AMA), da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e a Liga Independente de Mulheres Angolanas

(LIMA), da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), lutava pela independência em Angola.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Visibilizar a presença das mulheres que integraram o AMA/FNLA e o LIMA/UNITA na luta pela independência de Angola;
- Identificar os fatores que contribuíram na invisibilidade dessas mulheres no pós-independência;
- Analisar as ações públicas de inserção dessas mulheres no período pós-independência.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender a invisibilidade das mulheres no pós-independência, é necessário compreender os fatores que contribuíram para a invisibilidade das mulheres ao longo do processo de reconstrução dos países recém independente, o que nos leva a estudar como as relações de gênero vem sendo construídas. Balbino (2011) afirma que gênero se refere à identificação do indivíduo a um grupo sociocultural com papéis definidos e repercute também na identificação subjetiva do indivíduo a esses papéis. Gênero faz referência a processos culturais, na medida em que os papéis, códigos, símbolos, atitudes, estereótipos, condutas, valores, tradições e costumes relacionados ao masculino e ao feminino variam no tempo e no espaço.

Soihet e Pedro (2007), ao discutirem sobre o lugar da mulher na história, afirmam que grande parte do retardo sofrido pelas mulheres se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pelo homem. Falar da história da mulher significa, em parte, uma reparação da exclusão a que muitas estiveram expostas durante séculos. Contar sobre sua história é uma maneira de enfrentar todo tipo de discriminação que sofreram por muitos séculos. Com isto, se percebe a importância do gênero nas discussões de desigualdade entre homem e mulher para, assim, compreendermos os fatores do não reconhecimento de algumas mulheres no pós-independência, porque questões de desigualdade já permeavam naquele período e as mulheres reivindicavam os

mesmos direitos garantidos aos homens. A sociedade angolana era predominantemente patriarcal e as mulheres sofriam todo tipo de opressão por parte do poder colonial e, internamente, devido aos costumes e valores tradicionais. Nesta linha de pensamento, Conte, Mugge e Jucinsky (2018) afirmam que.

A baixa presença da imagem feminina nos registros confirma sua invisibilidade na história da guerra e nos demais conflitos, não somente em Angola, mas, também, nos demais países africanos, que organizaram movimentos de resistência. Os acordos assinados durante as lutas pré e pós-independência, como o Protocolo de Lusaka e o Memorando de Luena, não contemplam as mulheres, deixando-as, dessa maneira, à margem das decisões políticas, à medida em que são preteridas nas negociações de paz e nos programas de reconstrução nacional, como se sua silenciosa atuação fosse uma simples retomada do arquétipo da organização social de outrora. (Conte, Mugge e Jucinsky, 2018, p. 2)

O processo de colonização ocorreu em vários países do continente africano e fez surgir, assim, movimentos e associações de resistência mistos, que lutaram de forma engajada para libertar seus países do jugo do opressor. O que se percebe nestas estruturas onde a liderança sempre foi exercida pela figura masculina é que alguns movimentos de luta e libertação de África reconheceram a importância da mulher dentro do movimento de luta, como foi o caso da Guiné Bissau onde, desde a criação do partido, Amílcar Cabral viu que era importante inserir as mulheres na luta para libertar seu país.

Gomes (2013) destaca que Amílcar Cabral sempre elevou o papel da mulher na luta pela revolução de África. O reconhecimento e conquistas das mulheres guineenses, tanto na vida política como na vida civil, começaram desde o nascimento do movimento de libertação, criado em 1956, que liderou o processo de independência e estabeleceu políticas de igualdade entre homens e mulheres, assim como proporcionou à mulher total liberdade de gozar dos mesmos direitos que os homens, tanto na família, no trabalho e nas atividades públicas. Essas políticas de igualdade não foram implementadas sem dificuldade, pois muitas sociedades africanas possuem um modelo patriarcal, o que coloca a mulher num lugar de subalternidade e obediência total e sem poder de escolha, já que o homem é tido como o chefe e a figura mais forte na família.

Cabral procurava manter um discurso de valorização da figura feminina. Como realça Gomes (2016),

Não eram poucas as vezes que, em diálogo com mulheres e com homens das áreas libertadas, Cabral se referia ao problema dos casamentos forçados e à necessidade de educar as meninas como forma de as autonomizar e de torná-las livres e aptas a fazerem as próprias escolhas, quer no trabalho, quer na vida privada. (Gomes, 2016, p,127)

Cabral se preocupava com políticas que garantissem os direitos das mulheres, sendo elas consideradas figuras importantes para reconstrução nacional, não acreditando que existia possibilidade de revolução sem a participação da mulher. Este apoio outras mulheres não tiveram por parte dos seus movimentos de luta de libertação, onde se viram excluídas e discriminadas por serem mulheres e se viam obrigadas a casar e ter filhos por pressão de seus próprios companheiros de luta. Além de sofrerem opressão e exclusão por parte do poder colonial, se viam excluídas do sistema de ensino escolar, porque para elas estava reservado apenas os afazeres domésticos e tinham que lidar também com as questões culturais, onde o modelo patriarcal era predominante e pregava que o homem podia fazer de tudo e a mulher, tinha apenas que obedecer e cuidar dos trabalhos domésticos. A essa postura de opressão e discriminação, alguns autores vão chamar de “dupla colonização”.

Nesse caso, tratou-se de uma dupla colonização das mulheres, seja através das estruturas coloniais de opressão, seja por meio das estruturas patriarcais opressivas, que, na visão de Amílcar Cabral, significava uma profunda necessidade de repensar as estruturas sociais, as relações de gênero e as relações étnicas na Guiné-Bissau, a partir da desconstrução colonial, econômica e política, capaz de romper com os modelos teóricos e epistemológicos existentes (CABRAL, 1976; FURTADO, 2014, apud FIGUEIREDO E GOMES, 2016)

Esta mudança, ou seja, esse plano de valorização da figura feminina quanto aos seus direitos no processo de reconstrução nacional foi silenciado dentro do partido, como realça Aliou Ly (2014). Os homens do partido reproduziam os mesmos comportamentos patriarcais, hierárquicos, sociais e familiares com suas companheiras de luta (ALIOU LY, 2014, apud FIGUEIREDO

E GOMES, 2016, p. 917-918). Gomes (2013) realça ainda que, apesar de todo contributo que as mulheres deram no processo de luta de libertação, no que tange à adesão e a influência que muitas tiveram para que seus filhos e maridos também aderissem à luta pela libertação de Guiné Bissau, ainda enfrentavam os desafios impostos pela estrutura patriarcal do PAIGC.

A maioria dos dirigentes do PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde – não adotou a visão de gênero emancipacionista de Amílcar Cabral, que acreditava na necessidade de repensar as estruturas sociais, as relações de gênero e as relações étnicas na Guiné-Bissau, a partir da dupla desconstrução colonial, econômica e política, capaz de romper com os modelos teóricos e epistemológicos existentes (CABRAL, 1976; FURTADO, 2014, Figueiredo e Gomes, 2016, 917)

Tanto em Angola como na Guiné Bissau, muitas foram as mulheres que, por causa das questões de gênero, se encontraram no dilema do não reconhecimento do seu contributo para a libertação de seus países. Isto porque, Segundo Gomes (2016), após a independência, no caso de Guiné Bissau, o governo não se preocupou, em criar políticas de equidade de gênero, que pudessem beneficiar tanto os homens como as mulheres. Com isto, boa parte das mulheres percebeu que todas as promessas feitas anteriormente, no que tange à área socioeconômica e política não foram cumpridas, sendo colocadas em segundo plano na atribuição de cargos de poder. Tanto na Guiné como em Angola, as mulheres que, até hoje, continuam invisíveis na historiografia do país no acesso aos benefícios dados aos antigos combatentes são inúmeras, isto porque os governos preferiram, priorizar os homens ainda hoje considerados heróis, da luta de libertação.

O processo de luta armada contra o colono português contou com a presença de três associações partidárias de mulheres. A Organização da Mulher Angola (OMA), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Liga Independente de Mulheres Angolana (LIMA), da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Associação das Mulheres Angolanas (AMA), da Frente Nacional de Luta de Angola (FNLA). Nos interessa destacar as mulheres que integraram o movimento da UNITA e FNLA, que de forma engajada contribuíram para a conquista da libertação de Angola.

Segundo consta nos arquivos da FNLA, após a UPNA se tornar UPA, foi criado em 3 de outubro de 1958 um Núcleo de Mulheres da UPA, que mais tarde se tornou a Associação das Mulheres Angolanas (AMA). Esta organização era liderada por mulheres como Fineza Pinnoch, Madalena Borralho Lulendo, Virgínia Francisco Paka, Suzana Nekaka, Maria Kissoca e muitas outras mulheres que muito contribuíram na luta de libertação de Angola. As mulheres do AMA, nas bases militares, forneciam informações e mantimentos aos guerrilheiros, enquanto outras participaram das operações que marcaram a luta de libertação nacional.

A FNLA realça ainda, em seu arquivo, que a AMA esteve em todas as operações realizadas pelo Exército Nacional de Libertação de Angola (ELNA). O ELNA foi o exército que realizava as operações do movimento e, neste processo de luta, muitas mulheres pertenceram à organização, movidas pelo espírito de revolução e, cientes do sofrimento que a população nativa estava passando, foram impulsionadas pelo desejo de ver Angola livre das mãos do opressor, se vendo na obrigação de integrar o exército da ELNA e combater em várias frentes de combate para a conquista da independência. Esta luta teve como destaque uma mulher no comando da frente de combate, a comandante Catarina, primeira mulher no comando da ELNA. Uma combatente que tanto lutou em defesa de Angola e, sabendo que a luta de libertação eram um bem de todos, sem exceção de ninguém, lutou e deu sua vida pelo bem da nação.

Foram várias mulheres que participaram deste processo de luta armada. Paredes (2015) fala de uma das integrantes que lutou dentro do movimento da FNLA, Ana Maria da Conceição Fernandes, que nasceu no Bengo, filha de Antônio Fernandes de Brito, pastor protestante da igreja Evangélica de Angola, e foi integrada à FNLA quando tinha 14 anos. Esta ex-combatente realça ainda que a luta popular foi dirigida pela União das Populações de Angola (UPA) e a sua base de apoio foram os camponeses e as camponesas bakongo, com a solidariedade da comunidade angolana emigrada em Leopoldville. No período colonial as escolas eram limitadas e ela só conseguiu estudar porque o pai teve que falar com alguém que tinha o estatuto de assimilado, sendo que o pai era considerado Indigenato. Em pouco tempo teve que desistir dos estudos por causa da guerra, que tinha começado em sua aldeia kiwembo, e a comunidade se reuniu a fim de planejar a revolta, sendo que não possuía material. Os povos

do Norte de Angola tinham percebido que nenhuma transformação social fundamental ocorreria sem violência, a “violência revolucionária” que Fanon legitima no seu texto *Os Condenados da terra* (1956).

Fui treinada pelo comandante Marcos para combater, ao ser apita, começaram a manejar arma, e em seguida, dei início à frente de combate, ao longo do processo de luta pude combater três vezes, mais tarde fui transferida para educação dando aulas na mata com 18 anos e cuidava também dos alunos. Era risco mesmo você ter um grupo de crianças na escola, tinha que procurar um local seguro dentro da mata. Quando houvesse qualquer intervenção ou avião você tinha que proteger esses alunos. Às vezes ficávamos num sítio seis meses, depois vinham destruir, tínhamos que sair dali e ir para outro sítio mais seguro. Muitas das vezes ficávamos um ano. As mulheres que estavam nas cidades ajudaram-nos bastante, elas é que nos levavam os medicamentos, levavam os cadernos, lápis, pelo menos um livro para poder orientar os alunos. Ultimamente os cadernos que se utilizava nas matas era cortarmos o pau e fazia-se ardósia. Tinha uma árvore que tinha uma folha, como se fosse palha-de-aço, e era com aquilo que lixávamos a madeira até ficar bem lisa. Eram os cadernos que os alunos utilizavam. Muitas das vezes o alunotem que ter três, quatro daquelas tábuas para passar a matéria. Graças ao ensino que nós demos nas matas, alunos que dei aulas são hoje engenheiros e doutores. E se não déssemos esse ensino nas matas? É claro que toda aquela geração seria analfabeta, sem saber nada. Mas graças a Deus, nós nos sacrificamos. Mas tinha mulheres mesmo que maneжaram armas, uma foi a comandante Catarina, ela fazia viagens dos maquis para o Congo, ia à busca do material. Também a Maria Mabemba, que foi grande logística. Depois da independência, antes de o Norte do país ter sido palco da Guerra Civil (1992) entre a UNITA e as forças do governo, Ana Maria regressou à terra de origem, esse valor primeiro pelo qual lutou em 1961, e reconstruiu a sua vida como empreendedora agrícola. (Paredes, 2015, p. 186-187)

Como foi ressaltado acima, a luta pela independência contou com várias mulheres, algumas dentro de movimentos, outras participaram sem se aliar a nenhum partido. O meu interesse é destacar as mulheres que integraram a UNITA e FNLA.

Ducados (2004) afirma que a Liga Independente de Mulheres Angolana (LIMA) surgiu como ala feminina da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), desempenhando um papel importante naquilo que foi a conquista da independência em Angola. Em suas funções, essas mulheres desenvolveram diversas atividades, como transporte de matérias, alimentos e

armamentos para homens que se encontravam no campo de batalha. Suas atividades políticas consistiam na mobilização de pessoas para luta de libertação de Angola, também fazendo trabalhos como ativistas políticas. Paredes (2015) trouxe o depoimento de uma ex-combatente que participou no movimento da União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), Isalina Kawina, entrou na UNITA em 1967, um ano depois da criação do Movimento da UNITA, por Jonas Savimbi.

[...] quando entrei tinha 14 anos, e era aspirante. Decidi integrar ao movimento, porque a UNITA tinha como papel libertar o povo da dominação colonial. Depois de estar na base, pude perceber que as mulheres podiam também fazer muitas coisas que os homens faziam, nisto, foi nos fornecido, um treinamento na base militar e não só, começamos a fazer trabalho de guarda no quartel e apoiar, as forças que saiam para atacar os inimigos, levando comida, armamento que não conseguiam carregar. Este tipo de trabalho foi realizado até os anos de 1970. (Paredes 2015, p. 204)

Isalina Kawina entrou na Unita como aspirante, mais tarde se tornou Major, e foi nesse período que surgiu a ideia de criar uma organização que saísse do movimento da UNITA. Numa das conferências da UNITA, em 1970, se consolidou a ideia da criação de uma organização que representasse as mulheres na luta armada, sendo que elas faziam os mesmo trabalhos que os homens faziam. Em 1973 foi criada a Liga da Mulher Angolana (LIMA), uma organização só para mulheres que fazia parte do Leste. Neste período, aos 20 anos, Isalina Kawina se tornou a presidente da LIMA e, como líder, fazia todo tipo de trabalho civil e militar, tendo também a incumbência de mobilizar pessoas que tivessem interesse em aderir à organização. Este trabalho foi feito até o ano da independência de Angola, chegando a expandir a organização a todo território nacional (Paredes, 2015).

Como vimos, a luta pela Libertação contou com a participação de várias mulheres e essas mulheres desenvolveram várias atividades dentro dos campos de combate. Estes feitos levaram a Angola a conquistar a libertação do jugo colonial, que explorava, matava, ocupava e, acima de tudo, criou a separação entre os povos com o estatuto de assimilados, indigenato e preconceito racial no seio da sociedade angolana. Assim, cabe ressaltar o lugar dessas mulheres que participaram na luta pela libertação. Nem todas as mulheres tiveram a mesma

oportunidade que os homens de frequentar escolas porque, para a sociedade daquele período, o papel da mulher era cuidar dos filhos, dos afazeres domésticos e do cultivo.

As dificuldades que as meninas tinham em estudar nos anos 60 revelam quanto a administração colonial era patriarcal, inventando expedientes para as excluir do sistema de educação, recusando as matrículas e a admissão aos exames: Hoje compreendo o propósito: as mulheres não precisavam de ir à escola, deviam limitar-se a aprender os trabalhos domésticos” (Mateus 2006 apud Paredes 2014, p. 38)

Como as sociedades angolanas sempre estiveram imersas nas tradições culturais, com a colonização e o pós-independência esse cenário de discriminação e opressão se intensificou. Esta situação continuou presente na sociedade angolana mesmo depois da luta armada, fruto da tradição cultural e das sequelas deixadas pelo colonizador. Segundo Ducados (2004) realça, após a independência as mulheres que integraram a OMA e a UNITA foram excluídas de qualquer atividade de cunho político e de negociações de iniciativa de paz em Angola. Após o fim da guerra, as mulheres passaram também a enfrentar novos desafios e lutam para vencer esses obstáculos e serem reconhecidas na sociedade, tendo em vista que os governos não contribuem para sanar as questões relativas às desigualdades de gênero.

O que se notou, no pós-independência, é que alguns homens que integraram tanto a UNITA como o FNLA conseguiram ser integrados na política de assistência social aos antigos combatentes da luta armada, mas as mulheres ficaram à mercê de ajuda porque não tiveram o mesmo reconhecimento. Nisto se percebe que refletir sobre gênero é importante para compreendermos a luta dessas mulheres e as políticas públicas que salvaguardam os seus direitos como ex-combatentes da luta pela libertação.

A histórias das mulheres, que participaram na luta pela independência em Angola, principalmente, aquelas que integraram, os partidos da UNITA e FNLA, permanece, desconhecida, para geração mais jovens, que encontrou, o mesmo partido no poder desde a independência de Angola. Existe muitos fatores que contribuíram, para que as histórias dessas mulheres permanecessem desconhecidas na sociedade angolana. Ducados (2004) afirma ainda que um

dos obstáculos enfrentados é que as posições de poder na sociedade angolana continuam predominantemente reservadas ao poder masculino, onde as mulheres diariamente veem seus direitos violados para preservação da estrutura patriarcal.

A participação das mulheres na guerra e a história recente das mulheres angolanas permanece amplamente desconhecida do discurso popular sobre a guerra. Os caminhos percorridos por mulheres no papel de soldados, líderes, ativistas, sobreviventes e vítimas de uma das guerras mais trágicas do continente africano, ainda tem de ser discutidos e suas implicações percebidas. (DUCADOS, 2004)

Na cosmogonia angolana, a mulher tem um papel muito importante, apesar dela, não ter tanto valor, por causa, da estrutura patriarcal. Batsíkama (2016), afirma ainda que, socialmente a mulher é considerada como responsável da primeira educação dos filhos, é apaziguadora das instabilidades emocionais do marido e é ela também que garante o bem-estar familiar, garante a cesta básica, higiene familiar, saúde familiar, etc.). Em nível familiar e do clã social (ou mesmoterritorial), a mulher é o centro da estabilidade entre várias famílias e clãs. Mesmo tendo um papel tão importante em todas as áreas da vida familiar, a mulher continua sendo a figura que mais sofre opressão e exclusão, até mesmo dentro do lar.

Carvalho Filho (2000) afirma ainda que a discriminação e a invisibilidade que as mulheres sofrem atualmente fazem parte das sequelas do passado colonial, onde eram proibidas de frequentar escolas e, mesmo estando inseridas no campo de batalha, eram relegadas ao desempenho de algumas tarefas. Apesar das mulheres, mostrarem coragem e bravura no campo de batalha, comprovando com trabalho e participando até de combate, continuaram a viver na sombra.

A cultura patriarcal foi um dos obstáculos que as mulheres enfrentaram para conseguirem ter um reconhecimento dentro daquilo que foi a luta de libertação. Outros fatores envolveram questões políticas, porque o que se conhece hoje sobre as lutas das mulheres na independência, principalmente nos livros de história, está relacionado ao partido que está no poder desde a independência de Angola. O que se conhece é que essas mulheres fizeram parte

da Organização da Mulher Angolana (OMA), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que surgiu também como ala feminina, em 1962, no contexto da luta armada. Mulheres como Deolinda Rodrigues, que foi uma das pessoas que ajudou a fundar a OMA, de forma a organizar e mobilizar outras mulheres para lutarem pela libertação de Angola.

Segundo Paredes (2010), Deolinda Rodrigues nasceu em Catete, em 10 de fevereiro de 1939, prima de Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, guerreira e dirigente do MPLA, a única mulher que integrou o comitê Diretor na década de sessenta. Era filha de um pastor evangélico e estudou no Brasil e nos Estados Unidos na Drew University, com bolsas das missões metodistas, antes de regressar a África em 1962 e se juntar ao MPLA no Congo Léopoldville. Deolinda Rodrigues em conjunto com outras ex-combatentes, após o término da guerra colonial e da guerra entre os partidos do MPLA, UNITA e FNLA pela liderança do país, o MPLA, partido atualmente no poder, foi reconhecida como uma mártir da luta armada. Para as que ainda estavam vivas, foram dados cargos de generais, entre outros. O Dia da Mulher Angolana é celebrado no dia 2 de março, data em que Deolinda Rodrigues e outras companheiras foram levadas presas pela FNLA. Foi construído em Angola um espaço denominado Largo das Heroínas, com figuras de mulheres que pertenceram ao MPLA.

Nenhuma mulher que fez parte da UNITA e FNLA teve esse destaque nos livros de história como ex-combatentes que lutaram pela libertação de Angola. A falta de reconhecimento ou valorização do partido no poder, pelas mulheres que integraram outros partidos que também lutaram pela libertação de Angola, condenou à invisibilidade e ao sofrimento estas mulheres que, hoje, ninguém conhece. O partido atualmente no poder não soube separar a história dessas mulheres dos conflitos por razões políticas entre os três movimentos que integraram a luta de libertação de Angola.

Segundo Paredes (2015), a Lei do Antigo Combatente de Guerra, n.º 13 de 15 de Outubro de 2002, reconhece a contribuição dos antigos combatentes na Luta de Libertação e o direito à proteção social, mas, neste processo tem havido grandes desigualdades na apreciação dos processos das mulheres ex-combatentes pelos agentes do Estado, o que não é alheio à liderança masculina do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria e do Ministério da Defesa, para os quais

as mulheres não correspondem ao ideal da masculinidade militar pelo qual se regem. As mulheres passaram e sofrem até hoje a exclusão por parte do poder masculino e, além desse confrontarem com os conflitos políticos entre os partidos, se veem também privadas de seus direitos como ex-combatentes, jogadas à própria sorte, sem proteção e sem ajuda por parte do governo. Paredes (2015) realça ainda que os antigos combatentes do ELNA/FNLA, até a presente data, têm tido muita dificuldade em conseguir enquadramento no Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR) ou acesso à reforma da Caixa Social das FAA, e as mulheres são secundarizadas duas vezes no acesso aos apoios, como ex-combatentes e como mulheres. As integrantes narram suas experiências de vida e abandono por parte do governo no poder. Conta Ana Maria da Conceição Fernandes, mulher que lutou dentro do movimento da FNLA, que não teve, nem reconhecimento e nem benefício financeiro,

Até hoje não tenho o benefício de receber algo do fundo de pensão como antiga combatente. Já reivindicámos, eu e o meu marido. Mandaram-nos tratar dos documentos, tratámos dos processos e até hoje não tem resposta. Fiz também a minha biografia, porque cada um fez o seu trabalho, mas qual foi a resposta? Disseram 'o teu marido é que deve beneficiar, porque nós não podemos dar tanto à esposa quanto ao marido'. Mas eu depois reivindiquei, disse que não, antes de eu ser esposa dei o meu contributo, ele me encontrou já na luta. Para Ana Maria a vida é um combate interminável do qual não desiste, como afirmou, tenho esta coragem, estou a lutar! (Paredes, op. cit., p.201)

Segundo Ducados (2004), no *Memorando de Luena*, o governo de Angola, em conjunto com Banco Mundial e outras instituições, acordou vários programas de desmobilização, desarmamento e reintegração dos ex-combatentes, mas o que se notou neste acordo é que as ex-combatentes femininas foram excluídas destas políticas. Os programas cobriam apenas um número reduzido de soldados da Unita e das Forças Armadas Angolanas (FAA), mas às mulheres, sendo elas viúvas ou não, não foi dada nenhuma previsão de recebimento deste benefício. O que se percebe, nestes programas de reintegração dos ex-combatentes é que os homens foram postos no lugar de prioridade, ou seja, em primeiro lugar, uma condição que acontece desde os séculos passados, condição essa que se encontra ancorado nas estruturas governamentais e nos valores e símbolos nacionais, em relação as mulheres foram apenas vistas como

observadoras da luta armada, sem qualquer participação direta na luta pela independência.

5 METODOLOGIA

Segundo Gil (2008), a pesquisa pode ser entendida como processo sistemático do desenvolvimento e do método científico, e ela também permite de forma ampla buscar respostas para problemas mediante a formulação do problema científico. Júnior e Júnior, (2012) realçam ainda que a pesquisa permite que o pesquisador, utiliza diferentes instrumentos para se chegar a uma resposta mais precisa, para assim dar resposta ao seu problema de pesquisa. Visto que me proponho a recuperar a história das mulheres que integraram o AMA e a LIMA na luta pela independência, esta pesquisa tem um caráter qualitativo.

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares porque ela se preocupa em estudar os fenômenos sociais num nível que não pode ser quantificado, nos levando a entender os significados do objeto a ser estudado, sejam ele valores, crenças ou opiniões. Este tipo de pesquisa permite, ainda, que sejam desvelados os processos sociais pouco estudados. Nisto é de realçar que a utilização desta ferramenta de pesquisa, vai nos permitir, ir mais a fundo daquilo que é o nosso objetivo e obter dados importantes para o nosso problema de pesquisa.

No intuito de pesquisar sobre a história das mulheres que participaram na luta de libertação nacional, utilizaremos algumas estratégias metodológicas que vão nos permitir responder às questões de pesquisa. Recorrerei à pesquisa bibliográfica, que vai permitir fazer um levantamento sobre a participação da mulher na luta pela libertação. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados e é constituída principalmente de livros, artigos científico, jornais, revistas, dissertações e teses. A pesquisa bibliográfica dá ao/a pesquisador/a a possibilidade de ter acesso a uma vasta gama de fenômenos muito mais ampla em relação àquele que poderia pesquisar diretamente, e isso chega ser vantajoso quando o problema requer informações que se encontram difusas no espaço.

A pesquisa bibliográfica também nos fornece oportunidade de acesso a várias fontes, o que é fundamental para esta pesquisa, uma vez que este tema carece de bastante conteúdo. Sendo que é um tema que ainda não é muito pesquisado, será muito importante na produção do material empírico. Miotto (2007), nos afirma ainda que a pesquisa bibliográfica também implica um conjunto de ordenamentos e procedimentos de buscas por soluções atento ao objeto de estudo e isso implica que não pode ser aleatório.

De acordo com Severino (2014), a pesquisa documental tem como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não somente documentos impressos, como, sobretudo, outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico são a matéria-prima a partir da qual o/a pesquisador/a vai desenvolver sua investigação e análise.

Nesta senda, nos interessa fazer um estudo de campo em Angola com algumas mulheres que fizeram parte do AMA/FNLA e LIMA/UNITA, que ainda estão vivas, a fim de reconstruirmos suas trajetórias e vivências na luta pela independência, assim como também procurar entender os principais fatores que contribuíram para a falta de reconhecimento no pós-independência, suas dificuldades no que toca à inclusão na caixa social dos antigos combatentes e na historiografia do país. Para obter estas informações, serão realizadas entrevistas com essas mulheres.

Segundo Gil (2008), a entrevista é uma técnica em que o investigador se apresenta em frente ao investigado a fim de formular algumas perguntas e obter respostas referentes à sua investigação. A entrevista também é uma forma de interação social que se mostra como um diálogo assimétrico em que uma das partes busca obter dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Nesta pesquisa, utilizaremos a entrevista focalizada, que vai nos permitir, conversar com essas mulheres, de forma livre, de modo que elas possam estar mais confortáveis no diálogo. Segundo Gil (2008). A entrevista focalizada se concentra em um tema específico e o entrevistador dá ao entrevistado a liberdade de falar de forma livre sobre o assunto, sem se desviar daquilo que é realmente o foco do trabalho.

REFERÊNCIAS

- BATSÍKAMA, Patrício. A mulher na luta de libertação e na construção do estado-nação em Angola: o Caso de Luzia Inglês Van-Dúnem. **Revista Cantareira**, n. 25, 2016.
- BITTENCOURT, Marcelo. Memórias da guerrilha: a disputa de um valioso capital. **História oral**, v. 2, 1999.
- BALBINO, V. R. **Diplomata, substantivo comum de dois gêneros**: um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- CARVALHO FILHO, Silvío de Almeida. Angola: vivências femininas de uma guerra sem fim. **I Simpósio Internacional: O Desafio da Diferença**. Salvador: UFBA, GT-3, 2000.
- CONTE, D., MUGGE, E., SCHMITT, B. J. **O esquadrão e as mulheres**: o caso da personagem Ondina em Mayombe, de Pepetela.
- DUCADOS, Henda. A mulher angolana após o final do conflito. 2004. Disponível em: Acessado em: Disponível em: <http://cef03gama5a.blogspot.com/2008/10/mulher-angolana-aps-o-final-do-conflito.html> Acessado: em: 21.05.2021
- DE BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco; JÚNIOR, Nazir Feres. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, 2012.
- DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.
- FNLA.AMA: História . Disponível em: <http://www.fnla.co.ao/a-m-a/>: Acessado: 22.05.2021
- FONSECA, M. B. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII** (Tese de Doutorado), Universidade de São Paulo), 2015.
- FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, p. 909-927, 2016.
- GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- GODINHO GOMES, Patrícia. Na senda da luta pela paz e igualdade. O contributo das mulheres guineenses". In. **Buala**, 2013.

GOMES, Patricia Godinho. "As outras vozes": Percursos femininos, culturapolítica e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Odeere**, v. 1, n. 1, p.121-145, 2016.

JOSE, Joveta. Angola: independência, conflito e normalização. **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 159-179, 2008.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: apesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.

MPLA. OMA: História. Disponível em:
<<http://www.mpla.ao/oma.25/historia.27.html> >. Acesso em: 21.05. 2021.

MOREIRA, Walter. Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção. **Janus**, v. 1, n. 1, 2004.

PAREDES, Margarida Isabel Botelho Falcão. **Mulheres na luta armada em Angola: Memória, cultura e emancipação**. 2015.

PAREDES, Margarida. Deolinda Rodrigues, da família Metodista à família MPLA, o papel da cultura na política. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 20, p. 11-26, 2010.

SEIBERT, Gerhard. 'Identidades, percursos e clivagens nos PALOP'. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 20, 2011.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1ª. Edição. Editora. - São Paulo: Cortez, 2013.

VENTURA, Pedro Paulo Ramos. A contribuição intelectual da mulher angolana no processo da independência da Angola. **Identidade!** v. 19, n. 2, p. 100-109, 2015

ZAU, Filipe. **Angola: trilhos para o desenvolvimento**. Universidade Aberta, 2002.